



ISSN 1981 - 3031

UM ESTUDO ACERCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CEARÁ (2007-2010) – AVANÇOS E RECUOS

Vagna Brito de Lima¹

vagnabrito@yahoo.com.br

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (PPGE/UFAL)²

inaldasantos@uol.com.br

RESUMO

O presente texto objetiva apresentar um projeto de pesquisa em desenvolvimento no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas. O objetivo é analisar os avanços e recuos que se apresentaram ao modelo de gestão democrática e participativa implementado no interior da escola pública cearense no período de 2007 a 2010. A abordagem metodológica que norteia a pesquisa é de cunho qualitativo descritivo. Analisaremos os documentos oficiais concernentes à implantação dos mecanismos de gestão democrática bem como faremos entrevistas com os sujeitos da pesquisa, quais sejam: Secretaria da Educação, alunos, pais, professores, diretores e coordenadores. O referido estudo parte do pressuposto de que considerando as influências da política neoliberal implementada na década de 1990, cada experiência local vivenciará a gestão democrática a depender das forças sociais atuantes. Neste contexto, compreendemos que a política de gestão democrática é um princípio do sistema educacional que contribui para a efetiva democratização das escolas públicas cearenses que apresentam significativos avanços apesar dos observados recuos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática. Escolas públicas. Reformas Educacionais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo organizado a partir do projeto de pesquisa em andamento no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas(UFAL), consiste em um estudo acerca dos avanços e

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), professora de História da rede pública estadual do Ceará.

recuos da gestão democrática implementada nas escolas públicas cearenses no recorte temporal de 2007 a 2010.

O debate sobre a gestão democrática das escolas públicas tem sido recorrente nas últimas décadas, são variados os vieses investigativos sobre o assunto. Entretanto, a discussão sobre a temática está longe de se esgotar, ao contrário, levantam-se inúmeras reflexões sobre os modelos de gestão democrática experienciados nos diferentes estados e municípios da federação.

A Educação Brasileira vivenciou inúmeras reformas nas últimas décadas, entretanto, para abordar a temática da gestão escolar é necessário fazer referência a última Constituição de 1988 que trouxe inovações no capítulo sobre a educação, dos quais destacamos no art. 206 alguns princípios norteadores para o desenvolvimento da educação brasileira, entre estes o princípio da Gestão Democrática. Após a promulgação da CF/88, os educadores e a sociedade brasileira ainda precisaram esperar quase uma década para a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que mesmo carregada de frustrações em relação ao projeto original, ainda manteve entre seus onze princípios, a garantia no art. 3º item VIII da gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino. Considerando essas questões, o nosso objeto de estudo se propõe investigar a problemática da democratização da educação pública, de modo particular, na realidade educacional do Estado do Ceará.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os avanços e recuos que se apresentam ao modelo de gestão democrática implementado no interior das escolas públicas cearenses no período de 2007 a 2010, na perspectiva de compreender a dinâmica interna desse modelo no contexto das políticas públicas para a educação, em um momento de consolidação das políticas de descentralização e democratização, lançando mão do entendimento das categorias de Reforma, Estado e Gestão Democrática.

Os objetivos específicos delimitados para a investigação foram: 1) compreender o processo histórico da gestão democrática da escola, seus precursores e as concepções

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Orientadora.

políticas envolvidas na materialização desse princípio constitucional como política pública; 2) identificar as mudanças provocadas pela inovação da gestão democrática nas escolas públicas e os possíveis caminhos para ampliar a participação da comunidade no contexto do modelo da gestão democrática implementado nas escolas públicas cearenses; 3) analisar o modelo de gestão democrática implementado no período definido (2007-2010), considerando o contexto das escolas públicas selecionadas para o estudo, situadas na 6ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (6ª CREDE) da região norte do Estado.

A abordagem que norteia o estudo é de cunho quantiqualitativa descritiva explicativa, caracterizando o universo da pesquisa, determinando o método de procedimento em análise de conteúdo (BARDIN, 1995). A presente investigação será realizada em dois momentos: pesquisas em fontes bibliográficas e documentais, seguida de estudo empírico em quatro escolas das 42 escolas da rede pública estadual do Ceará localizadas na região norte, precisamente no município de Sobral/CE; o que corresponde a 10% das 42 escolas sob o acompanhamento da 6ª CREDE, uma das vinte Coordenadorias da Secretaria da Educação-SEDUC/CE.

CAMINHO METODOLÓGICO

As razões que motivaram a escolha das escolas campo de pesquisa foram: por estas estarem entre as maiores da sede do município de Sobral/CE, por situarem-se em localizações geográficas extremas dentro da cidade e pela pesquisadora já ter trabalhado como professora e/ou coordenadora em três das escolas selecionadas. As quatro escolas definidas para o estudo investigativo foram: Escola de Ensino Fundamental e Médio Ministro Jarbas Passarinho, Centro Educacional de Referência em Educação Prefeito José Euclídes Ferreira Gomes – CERE, Escola Estadual de Educação Profissional Dom Walfrido Teixeira Vieira – EEEP e o Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota

Segundo Minayo (2009, p. 48):

[...] Este processo de definição de uma certa quantidade de representantes num universo de possibilidades (tanto de instituições quanto de sujeitos) é também denominada de “seleção da amostra” ou “definição da amostragem”. Existem basicamente dois grandes tipos de amostras: as probalísticas (quando todos os elementos de uma população possuem probabilidade

conhecida e não nula de participarem da amostra escolhida) e as não probabilísticas.

A seleção das referidas escolas para fazer a pesquisa de campo deve-se também ao fato da experiência da pesquisadora em escola pública a partir de 1998, ter relação com as unidades de ensino citadas, onde na primeira atuou por três anos como professora de História no ensino médio, na segunda e terceira, obteve experiência como membro do núcleo gestor, na função de Coordenação de Gestão. Conforme Malinowisk (1984, p. 37):

Na pesquisa qualitativa, a *interação* entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial. Todo o empenho é investido para que “*o corpo e o sangue da vida real componham os esqueletos das construções abstratas*”, como diz Malinowsk, criando uma metáfora (Apud MINAYO, 2009).

Neste contexto, a pesquisa no âmbito do Mestrado se estrutura a partir do levantamento histórico das políticas educacionais do governo estadual do Ceará, a análise de conteúdo desses documentos para a educação no período de estudo definido, o uso da técnica de questionários, realização de entrevistas semiestruturadas tendo como foco o tema da gestão democrática e participativa na escola pública. Os sujeitos envolvidos na pesquisa são: Secretária de Educação, Coordenadora e assessores da 6ª CREDE, diretores, coordenadores escolares, professores, funcionários, alunos e pais das escolas escolhidas para escopo da pesquisa. Pretende-se ainda descrever cada elemento desses sujeitos e contextualizar as escolas pesquisadas dentro do universo da pesquisa.

O primeiro momento da pesquisa dedica-se a leitura crítica do contexto educacional investigado, buscando a compreensão das categorias reforma educacional, estado, democracia e gestão democrática. Assim, buscaremos fontes de conhecimentos teóricos, no qual se elegeu alguns autores a fim de dar suporte aos estudos, dentre eles destacam-se: Bastos(2002), Nora Krawczyk (2000), Paro (2001), Sofia Lerche Vieira (2010), entre outros, por serem importantes estudiosos da educação que vem discutindo a temática.

No segundo momento pretende-se realizar uma análise de caráter empírico, onde se fará uma análise sobre os avanços e recuos que se apresentam no interior da escola pública estadual cearense, no atual modelo de gestão democrática implementado no

período de 2007 a 2010, a fim de responder os questionamentos levantados no problema de pesquisa.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados no âmbito da investigação serão as seguintes: 1) pesquisa bibliográfica sobre a temática em livros, revistas e meios eletrônicos; 2) levantamento documental (legislação pertinente, documentos produzidos pela Secretaria da Educação do Estado); 3) observação na 6ª CREDE e escolas escolhidas para a pesquisa; 4) análise dos dados coletados a fim contribuir na compreensão dos avanços e recuos que se apresentam ao modelo de gestão democrática implementado nas escolas públicas cearenses.

SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO

O processo de redemocratização da sociedade brasileira, trouxe para o âmbito das políticas educativas, a defesa da implementação da gestão democrática na escola como um princípio constitucional, e neste sentido, princípios como “descentralização”, “autonomia das escolas”, “participação” passou a ser referência da política educacional brasileira, e constituiu “o marco divisório das reformas educacionais na década de 1990”, como afirma Arelaro (2000, p. 101). A partir desse contexto, houve uma arregimentação para a implementação da gestão democrática nas escolas públicas em todas as Unidades Federativas do Brasil.

Considerando esse contexto, busca-se agora, voltar o olhar sobre a materialização da reforma educacional no Estado do Ceará, de modo particular, analisar a gestão democrática enquanto política pública em prática nas escolas no aspecto de seus avanços e recuos, o que se constitui objeto de estudo dessa investigação.

A década de 1990 foi marcada pelas reformas educacionais no Brasil e no Estado do Ceará, tem início no governo de Ciro Ferreira Gomes³, apoiado por Tasso Jereissati, o “Governo das Mudanças” (1986) que posteriormente foi eleito novamente em 1994 e 1998, para o terceiro e quarto mandatos, concretizando o projeto político neoliberal que teve continuidade com o governo de Lúcio Alcântara (2003/2006). Nesse cenário de mudanças e modernização administrativa, a implementação da gestão

³ Cearense radicado no município de Sobral foi eleito governador do Ceará pelo PSDB para o mandato de 1991 a 1994. Irmão do atual governador Cid Ferreira Gomes (2007/2010).

democrática teve início a partir de 1995, com as eleições para os diretores das escolas públicas da rede estadual no contexto do projeto de governo “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”. Diante desse panorama, a gestão escolar avança na materialização dos mecanismos de construção da democracia na escola, entretanto, a eleição em si não garante a democratização das práticas de gestão.

A experiência da gestão democrática nas escolas públicas cearenses apresenta diferentes possibilidades para investigação, desde o contexto da sua concepção ao modelo implementado nos dias atuais. Entretanto, por se tratar de um processo que já decorre exatos quinze anos sendo experienciado nas escolas públicas do Estado, nos detemos especificamente em analisar o modelo implementado entre os anos de 2007 a 2010, que compreende o período do mandato do atual governador Cid Ferreira Gomes.

Na perspectiva de delimitar ainda mais o universo da pesquisa, nosso estudo consiste em analisar quatro escolas públicas estaduais da 6ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - 6ª CREDE/SEDUC situada no município de Sobral na região norte do Estado do Ceará, mais precisamente entre as margens do Rio Acaraú e a Serra da Meruoca. O município de Sobral conta hoje com uma população estimada em 172.685 mil habitantes. A taxa de urbanização 86,63% no ano de 2000, foi considerada uma das maiores do Estado do Ceará e sua densidade demográfica de 72,9 de habitantes por km. Os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2000, mostraram uma característica marcante, a de ser a população residente por grupos de idade predominantemente jovem: 45,8% dos habitantes são menores de 20 anos e 31,6% situam-se na faixa entre 20 a 40 anos; ou seja, 77,4% dos habitantes têm menos de 40 anos de idade. O atual Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) do município é de 4,9 e a rede municipal de ensino teve sua experiência com a educação publicada em 2005 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na Série Projeto Boas Práticas na Educação.

Na tentativa de superar o discurso da década de 90, sobre democratização das escolas públicas e universalização do ensino, se compreende que, configurou-se em primeiro lugar não mais que na descentralização das responsabilidades e a garantia do acesso ao ensino fundamental. Com isso, buscamos conhecer/analisar os direcionamentos dados a política local, no que tange aos desafios da “qualidade”, da permanência, da participação e efetiva democracia da gestão escolar.

A motivação para investigar a temática, justifica-se pelas indagações suscitadas no período de 2002 a 2009 por ocasião da experiência na gestão de uma escola pública da rede estadual como coordenadora e conseqüentemente pela vivência da docência no cotidiano escolar iniciada em 1998 na rede municipal de ensino. As inquietações levantam questionamentos e reflexões como: A gestão democrática é um princípio do Sistema educacional que contribui para a democratização das escolas públicas cearenses? Qual o percurso de implantação da política de gestão democrática nas escolas públicas do Estado do Ceará? Qual o modelo de gestão democrática implementado no período de 2007 a 2010 nas escolas públicas cearenses? São questionamentos que suscitam reflexões que possibilitem compreender essa trajetória histórica da democratização da gestão escolar e que possa indicar os caminhos que se descortinam para a realidade atual das escolas públicas.

A pertinência do debate na atual conjuntura educacional, torna a investigação importante, por ser uma análise da política pública em desenvolvimento e que traz para a investigação a possibilidade de relevantes contribuições para a reflexão sobre as políticas educacionais vivenciadas no Estado do Ceará, por buscar respostas as inquietações dos educadores envolvidos no cenário educacional e, sobretudo por buscar sugestões para os entraves que se apresentam.

No contexto da pesquisa, levantamos como pressuposto de que a gestão democrática implementada no período de 2007 a 2010 se configura um experiência de ampliação da democracia, visto que dá continuidade ao modelo já preconizado pelas políticas para educação dos últimos quinze anos no estado Ceará.

Com efeito, partimos do pressuposto que o percurso da política pública de gestão democrática implantado nas escolas públicas cearenses responde as exigências de adequação a política neoliberal impostas pelos organismos internacionais desde a década de 90 e, sobretudo, que a política de gestão democrática é um princípio do sistema educacional que contribui para a efetiva democratização das escolas públicas cearenses que apresentam significativos avanços apesar dos observados recuos.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS

No contexto das reformas educacionais que marcaram a década de 90, a gestão democrática aparece como uma importante inovação no processo de materialização da descentralização e democratização dos sistemas educacionais, e conseqüentemente das escolas. A defesa por participação da família, denominada “comunidade” no interior da escola não é fato novo na construção histórica da educação brasileira, já nas décadas de 20 e 30 do século XIX as teses reformistas educacionais no Brasil estimulavam concepções pedagógicas, abrigoando orientações políticas extremamente conservadoras (SPÓSITO, 2002, p. 47). A participação da família na perspectiva de contribuir com o processo disciplinador e moral, bem como as iniciativas sanitárias, a fim de melhorar os costumes e hábitos de seus filhos.

A educação brasileira passou por diversas reformas no percurso de sua história, durante a ditadura militar segundo Krawczyk (1999, p.113), a escola pública era dominada por estruturas administrativas centralizadas e burocratizadas, no entanto ganha força a reivindicação dos educadores pela autonomia escolar e novas alternativas pedagógicas, curriculares e didáticas, a fim de diminuir os altos índices de evasão e repetência na escola primária. Já nas décadas de 1950 e 1960, toma força a idéia da autonomia da escola e da liberdade dos educadores contra a dominação administrativa e a imposição de projetos alheios a realidade da escola.

Nos últimos anos da repressão militar a sociedade civil se organiza na luta por democratização. “Na década de 1970, os movimentos democratizantes da administração do sistema educativo começaram no interior das lutas populares por mais vagas, e movidos pela eleição de diretores de escolas” (BASTOS, 2002, p.20). As reivindicações dos movimentos sociais e políticos das décadas de 70 e 80 consubstanciaram com a Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”. Neste sentido, afirma Arelaro (2002, p. 95):

Em educação, discutir a década de 1990 pressupõe necessariamente fazer referências à década de 1980, em especial ao processo constituinte que gerou a Constituição Federal de 1988, apelidada de “cidadã”, pelos direitos sociais nela preservados ou introduzidos. Esta consideração é importante porque os economistas brasileiros costumam considerar a década de 1980 como “a década perdida”, e para nós, da educação, foi uma década extremamente rica

em termos de realizações educacionais e de disputa política pela redemocratização da sociedade brasileira[...].

Contudo, a década de 90 se caracterizou por profundas transformações na economia, nas instituições sociais, culturais e políticas e nas relações que se estabelecem entre essas instâncias. As referidas mudanças resultam do processo de mundialização da economia e de restauração da divisão internacional do trabalho, a submissão dos Estados Nacionais e a crescente exclusão social. No contexto das reformas capitalistas, a educação é cada vez mais considerada um instrumento importante no processo de subordinação à lógica econômica, nesse sentido, os organismos internacionais⁴ vincularam as reivindicações históricas de democratização da educação como expansão, equidade e integração aos princípios de competitividade, desempenho e descentralização (KRAWCZYK, 2000, p. 2).

As agências financiadoras da política educacional implantada nesse contexto de reforma educacional obrigou aos Estados a adaptarem-se sob o risco de sofrerem punição com vista ao cumprimento dos compromissos assumidos. Segundo Krawczyk (2000, p. 3):

As reformas nos diferentes países iniciaram-se no quadro dos compromissos assumidos por seus governos e pelos organismos internacionais na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. A partir desse encontro, pode-se dizer, a educação voltou a fazer parte das agendas nacionais e internacionais como tema central das reformas políticas. Ainda que impulsionadas por esses movimentos, as políticas educacionais acabaram sendo de fato fortemente direcionadas, tanto na definição de suas prioridades quanto de suas estratégias, pelas orientações dos organismos internacionais financeiros, principalmente pelo Banco Mundial.[...]

Diante desse cenário, está evidente que as reformas educacionais da década de 90, implantaram um novo modelo de organização e gestão da educação pública, seja no sistema ou nas instituições. É nessa perspectiva que entra o imperativo da gestão democrática dos sistemas educacionais e das escolas públicas como mecanismo de legitimação da democracia, da descentralização, da flexibilidade, da participação e da autonomia envolvendo todos os sujeitos e as instituições educacionais. Logo, observamos

⁴ Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Oficina Regional de Educação para América Latina e Caribe (OREALC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Banco Mundial (BM).

que o cerne das políticas educacionais no contexto da reforma educacional em questão são homogenizadoras na perspectiva de atender os interesses hegemônicos, massificando as especificidades regionais e locais e, sobretudo, desarticulando as organizações sociais da classe trabalhadora.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS CEARENSES

As políticas públicas de democratização da educação que se configuraram no contexto das reformas educacionais dos anos 90, encontraram terreno fértil para sua materialização. Neste sentido, o Estado do Ceará partiu na frente na perspectiva de materializar a política educacional “Todos pela Educação de Qualidade para Todos” do “Governo das Mudanças” Tasso Jereissati, a fim de adequar a educação cearense às exigências do capitalismo contemporâneo, sob o imperativo dos compromissos assumidos com os organismos internacionais. Na opinião de alguns educadores cearenses como Sofia Lerche Vieira (2007), a referida inovação na gestão das escolas trouxe muitos ganhos do ponto de vista da alternância do poder, representando alternativa positiva ao anterior critério da indicação política para a nomeação dos cargos de diretores escolares. Sobre esse processo a educadora afirma que:

No período compreendido entre 1995 e 2002, como outras unidades da federação, o Estado deu largos passos na direção da universalização do Ensino Fundamental e da expansão do Ensino Médio. O projeto de governo, resumido na proposta “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”, imprimiu forte ênfase na participação e mobilização da sociedade pela educação. Algumas peculiaridades, entretanto, foram determinantes no processo vivenciado na educação cearense nesses oito anos, duas das quais merecem destaque: o processo de seleção técnica e eleição de diretores e o acelerado processo de municipalização do Ensino Fundamental. (VIEIRA, 2007, p. 46)

Com efeito, a eleição para diretores é um procedimento importante, mas não garante em si a efetiva democratização da escola, para tanto, foram mobilizadas outras ferramentas de participação da comunidade no interior da escola como os conselhos escolares e os grêmios estudantis.

A concepção democrática em construção no contexto escolar, é resultado do olhar sensível dos educadores, com o propósito de mobilizar os sujeitos envolvidos no universo escolar na perspectiva da participação e na tomada de decisões, o que reflete não só a preocupação do gestor, como do professor e todos aqueles responsáveis por mobilizarem toda a comunidade escolar para uma efetiva participação na vivência dos projetos e políticas implementados no cotidiano da escola. Neste sentido, a convivência democrática no interior da escola é o reflexo do compromisso da comunidade escolar em ampliar os espaços de participação dos diversos segmentos escolares (professores, funcionários, gestores, pais e alunos) na melhoria da educação pública brasileira.

Os dizeres sobre a gestão democrática nas escolas públicas cearenses são de avanços e efetivação da autonomia. A experiência da gestão democrática nas escolas públicas cearenses já decorre há exatos quinze anos desde a referida data inicial (1995), quando teve início a implantação da gestão democrática das escolas públicas no Ceará, sob praticamente o mesmo modelo, salvo algumas alterações a cada gestão. O processo se organiza em diferentes etapas, seleção pública, posteriormente a eleição direta no interior da escola. Após o processo eletivo, o diretor eleito compõe uma equipe de especialistas para fazer parte de um corpo administrativo denominado a partir de 1998 de Núcleo Gestor⁵, escolhidos dentre os que também participaram do mesmo processo de seleção, que atuarão sob sua liderança.

CONCLUSÕES INICIAS

O poder presente na gestão democrática está ligado à condução do processo ensino-aprendizagem e nas ações de decisões administrativas. Articular esses elementos a partir de uma reflexão sobre uma concepção de gestão educacional que historicamente tem tido mais força/presença no cotidiano das escolas públicas, cunha característica baseia-se numa visão mercadológico da educação, ou seja, numa fragmentação do trabalho educativo e numa divisão de tarefas, deixando sempre a responsabilidade do todo a cargo de uma única pessoa, que certamente será cobrada e responsabilizada pelo insucesso de cada ação desenvolvida. Numa direção contrária, o perfil de um gestor exige que ele seja autônomo para decidir, compor, orientar e avaliar a escola. Um gestor com habilidade para articular, mobilizar e coordenar o processo educativo de forma a

⁵ Núcleo Gestor (1998) – diretor, coordenador pedagógico, coordenador administrativo-financeiro, coordenador de articulação comunitária (posteriormente, da gestão) e secretário escolar.

contemplar os diversos interesses políticos e sociais da comunidade, permitindo a participação de todos e não somente de seus pares. Segundo Paulo Freire (2000, p. 28):

A natureza da prática educativa, a sua necessária diretividade, os objetivos, os sonhos que se perseguem na prática não permitem que ela seja neutra, mas política sempre. É a isto que eu chamo de politicidade da educação, isto é, a qualidade que tem a educação de ser política. A questão que se coloca é saber que política é essa, a favor de quê e de quem, contra o quê e contra quem se realiza.

No que se refere à competência técnica sobre o exercício do cargo, os critérios de seleção sofreram poucas variações ao longo dos anos 1995, 1998, 2001, 2004 e finalmente em 2009. Com efeito, a legislação que regulamenta esse processo considerado como um instrumento importante para o modelo de gestão democrática implementado pelo Estado, sofreu poucas mudanças desde a sua implantação em 1995, basicamente a maior inovação consistiu em aumentar o mandato do núcleo gestor de três para quatro anos, de acordo com a lei estadual de 2004.

Considera-se que a gestão democrática das escolas públicas cearenses apresenta relativos avanços na perspectiva da implementação do princípio constitucional registrado no inciso VI, Art. 206, regulamentado na LDB 9.394/96 e na legislação estadual. Entretanto, se percebe significativos recuos no processo de democratização, visto que, se matém basicamente o mesmo modelo desde sua implementação em meados da década de 1990.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Resistência e Submissão. A Reforma Educacional na Década de 1990. In: KRAWCZK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. (Orgs). **O Cenário Educacional Latino-americano no Limiar do Século XXI: reformas em debate**. Campinas-SP, Autores Associados, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.

BASTOS, João Batista (Org). **Gestão Democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Gestão Democrática da Educação: as práticas Administrativas Compartilhadas. In: BASTO, João Batista (Org.). **Gestão Democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A:SEPE, 2002.

BRASIL, **Constituição Federal Brasileira**, São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB, nº 9.394/96, de 20 de dezembro. 1.ed. atual. Fortaleza/Ce: Sec. Educação Básica, 1997.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KRAWCZK, Nora. A Construção Social das Políticas Educacionais no Brasil e na América-Latina. In: KRAWCZK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. (Orgs). **O cenário Educacional Latino-americano no Limiar do Século XXI: Reformas em Debate**. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

_____. **A Gestão Escolar: Um campo Minado... Análise das propostas de 11 Municípios Brasileiros**, Revista Educação e Sociedade, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10 de julho de 2010.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M.C.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade ?**. Cadernos de Saúde Pública, ano 9, n. 3 jul./set. p.239-262, 1993.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, Gestão Democrática e Participação Popular. In: BASTO, João Batista (Org.). **Gestão Democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 jun. 2010.